

DESAFIOS DA ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA UNIDADE INTEGRADA “HAYDÊ CHAVES” EM COLINAS/MA

Autor: Patrícia Evangelista Rocha Damasceno

Instituto de Ensino Superior Múltiplo - IESM

RESUMO

O direito de todos à educação, proclamado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e retomado na Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) como "direito de todos e dever do Estado e da família", é um princípio que está presente na Lei 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996). Nesse sentido, a inclusão de alunos com deficiência têm sido uma temática bastante discutida, atraindo a atenção do governo federal para gerar medidas que efetivem a legislação existente visando garantir o acesso e a permanência com qualidade desse alunado nas escolas regulares. Além disso, é imprescindível também, que as instituições de ensino se organizem com base no conhecimento das necessidades educacionais especiais apresentados por esses alunos para dar respostas às mesmas conforme mecanismos que garantam a permanência e acessibilidade dos diferentes alunos. Em relação ao aluno com deficiência física, dependendo da gravidade motora, este poderá demandar recursos materiais adequados e humanos capacitados, para promover um atendimento educacional adequado nos espaços escolares. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa foi conhecer o perfil do aluno com deficiência física, seus desafios e alternativas estes matriculados na escola pública estadual Unidade Integrada “Hayde Chaves” na cidade de Colinas/Ma e , esperando contribuir com informações que possibilitem uma reflexão por parte dos gestores nas ações a serem desenvolvidas em prol da melhoria e garantia das condições adequadas de acesso e permanência aos alunos com deficiência física em nosso contexto.

Palavras-chave: Acessibilidade. Deficiente físico. Espaços Escolares.

ABSTRACT

The right of everyone to education, proclaimed by the Universal Declaration of human rights of 1948 and resumed in the Brazilian Constitution of 1988 (BRAZIL, 1988) as "right of all and duty of the State and of the family", is a principle that is present in the law 9,394/96 the guidelines and Bases of education (BRAZIL, 1996). In this sense, the inclusion of students with disabilities have been a highly discussed theme, attracting the attention of the federal Government to generate measures that effect existing legislation in order to ensure the access and permanence with quality of students in regular schools. In addition, it is essential that educational institutions organize based on the knowledge of the special educational needs presented by these students to provide answers to them as mechanisms to ensure the permanence and accessibility of different students. In relation to student with physical disabilities, depending on the severity, this may require material resources. Thus, the objective of this research was to know the profile of the student with physical disabilities, their challenges and alternatives these enrolled in public school integrated unit "Duque de Caxias" in the city of Hills/Ma and, hoping to contribute with information allowing a reflection on the part of managers in the actions to be developed for improvement and guarantee appropriate conditions of access and permanence to students with physical disabilities in our context.

Keywords: Accessibility. Physically challenged. School spaces.

1. INTRODUÇÃO

Muito se discute a cerca da acessibilidade, porém torna-se um desafio na medida em que muitos gestores não priorizam políticas voltadas para esta demanda, e quando se elabora projetos, em sua maioria fica apenas na teoria. Dessa forma segundo a OMS – Organização Mundial da Saúde cerca de 10% da população brasileira possui algum tipo de comprometimento de ordem física, e este se torna um problema social, pois a maioria das pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida não participam de atividades como deveriam são excluídos devido a diversos fatores.

Adaptações são necessárias em todos os ambitos para os deficientes físicos as mobílias, as ruas, praças, avenidas, a arquitetura e designer das casas, dos órgãos públicos como: escolas, bancos, hospitais entre outros, tem por obrigação permitirem o acesso e a fácil mobilidade deste grupo de pessoas(CIRANDA DA INCLUSÃO,2010).

Entretanto o acesso à educação é de direito de todos, daí a modalidade Educação Especial trata da garantia do acesso à educação das pessoas com deficiência e as de ordem física são exemplos destas, no entanto para que de fato isso aconteça é necessário comprometimento dos governos, sensibilidade dos gestores e aplicabilidade dos recursos de forma coerente e coesa no âmbito da garantia do acesso do aluno com deficiência no ambiente escolar(CAMINHOS PEDAGOGICOS, 2001)

Algumas questões de acessibilidade se fazem importante, tais como a entrada de circulação dos cadeirantes, portas, carteiras, banheiros, bebedouros, balcões, guichês e outros devem atender as necessidades de todos. Portanto todas as escolas brasileiras, públicas e particulares, são obrigadas por lei a fazer as modificações arquitetônicas necessárias para atender os requisitos da acessibilidade. Os alunos cadeirantes são os que mais sofrem com a falta de estrutura física adequada. Mas apenas cerca de 30% das instituições de ensino privadas são acessíveis, segundo dados do último Censo Escolar do Ministério da Educação (MEC- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO Pesquisa 2009)

De acordo com o exposto e a nossa vivência no espaço escolar da Unidade Integrada “Hayde Chaves”, no bairro Guanabara, na cidade de Colinas/MA, observa-se a necessidade de um estudo que identificasse as condições de acessibilidade, pois a mesma possui ensino fundamental menor e maior, educação de jovens e adultos e sala multifuncional.

Para isso, o presente estudo objetiva identificar as principais barreiras de acessibilidades para os alunos, descrever a estrutura física, verificar o projeto pedagógico da escola e demonstrar medidas que possam oferecer uma educação de qualidade e permanente aos deficientes físicos é nosso anseio.

2. METODOLOGIA

A valorização da pessoa, como ser que pensa, modifica, cria, ama, chora, sente, observa, experimenta, teoriza e comunica deve ser reconhecida, compreendida e utilizada em prol da qualidade de vida, do reconhecimento das potencialidades e na garantia de condições dignas a sobrevivência.

Dessa forma o diagnóstico a cerca dos Desafios da Acessibilidade dos Alunos com Deficiência Física na Escola Municipal “Hayde Chaves” na cidade de Colinas/MA, foi realizado através de observações e aplicações de questionários com os gestores, docentes, alunos e demais funcionários do estabelecimento de ensino durante quatro meses, de abril a agosto de 2013. Para o processo de coleta e tratamento dos dados, foram aplicados questionários entre alguns familiares dos alunos.

A pesquisa foi qualitativa, mas com algumas evidências quantitativas, portanto retrata como os entrevistados tratam os resíduos sólidos que consomem e como os descartam 90% dos questionados são conscientes que não conhecem os direitos das pessoas com deficiências.

Outro aspecto importante é que quase unânime foi à compreensão de todos os entrevistados a cerca da importância dos acessos adequados em todos os ambientes a pessoa com deficiência física e que falta compromisso pelos gestores públicos e familiares na garantia dos direitos básicos e qualidade de vida às pessoas que tenham algum comprometimento físico, onde relataram que todos os ambientes públicos e privados devem ser adaptados, e quando questionados a cerca das cobranças a gestão pública com respeito ao problema a maioria nunca cobraram iniciativas aos órgãos competente.

Dessa forma crianças, jovens, adultos e idosos sofrem rotineiramente com o descaso na quais são tratados se possuem alguma incapacidade física, vale ressaltar que no Decreto Federal nº 5.296/04 considera-se deficiência física “ a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física.

Entretanto o corpo humano é um dos melhores exemplos da perfeição da natureza, porém anomalias cromossômicas, patologias, ou acidentes podem comprometer o bom funcionamento de órgãos ou sistemas, fato este que não irar impedir ou vetar a pessoa com algum comprometimento físico de exercer sua cidadania, participar ativamente das decisões, ter acesso à educação, aos serviços públicos de qualidade e a empregabilidade.

Contudo saúde e educação são direitos básicos regidos na Constituição brasileira nega-los é crime, daí propiciar a melhor adaptação possível do aluno com D.F*, acomoda-los de acordo com sua particularidade, conversar com seus familiares, manter - los em boa postura, providenciar suportes são algumas iniciativas validas aos gestores para a boa acomodação deste tipo de aluno.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Problematizar os desafios da acessibilidade a educação dos alunos que tem algum tipo de comprometimento físico na Unidade Integrada “Hayde Chaves” , esta situada no bairro Guanabara, sob direção da professora Helba Helena, só foi possível através da definição do um espaço amostral a ser pesquisado.

A escola funciona nos três turnos, atendendo cerca de 700 alunos, do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental Regular e Ensino Médio, é composta de 10 salas de aulas sendo uma sala Multifuncional, sala de informática, 5 banheiros para alunos, 1 banheiro para os funcionários da casa, possui quadra, cantina, depósitos , pátios e secretarias.

Dessa forma observações foram feitas nos três turnos acerca da estrutura física escolar, projeto político pedagógico, gestão, convivência em grupos e adaptações curriculares à cerca deste tipo de deficiência no ambiente escolar. Houve a aplicação de 70 questionários distribuídos entre funcionários, alunos e familiares, na qual foram dispostas 20 perguntas subjetivas e objetivas sobre o tema.

Os questionários abordaram sobre os acessos de ruas, avenidas, cômodos escolares, família, gestão escolar, adaptação curricular, utensílios escolares, moveis e suportes, gestão municipal/estadual/federal, direitos básicos entre outros. Logo há a necessidade de recursos para melhor atender os alunos com D.F na escola e cuidados na sala de aula com este tipo de discentes.

Recursos para melhor atender tais como:

- Colocação de rampas;

- Colocação de corrimões próximos a bebedouros, aos assentos dos banheiros e à lousa;
- Colocação de portas mais alargadas que possibilitem a passagem de cadeiras de rodas;
- Banheiros adaptados;
- Substituição de maçanetas redondas por maçanetas com sistemas de alavancas;
- Modificações, no mobiliário, de forma a promover maior conforto a crianças que usam tipoias e próteses;
- Colocação de tapetes antiderrapantes nas áreas escorregadias;

Cuidados na sala de aula tais como:

- Propiciar a melhor adaptação possível do aluno à cadeira para proporcionar melhores condições de aprendizagem e de respostas às atividades apresentadas;
- Acomodar os alunos de acordo com sua deficiência física, seria importante que a professora entrasse em contato com o médico ou o fisioterapeuta do aluno para saber se ele pode ser transferido para uma cadeira normal ou deve permanecer na sua própria cadeira adaptada;
- Carregar o aluno com D.F o menos possível, para evitar futuros problemas na coluna do aluno e na do professor também;
- Conversar com a família para buscar informações a respeito de hábitos, costumes e singularidades do aluno;
- Providenciar descanso para os pés caso a criança não fique em cadeiras adaptadas e procurar mantê-la em posição correta;
- Disponibilizar de suportes para livros;
- Aumentar o calibre de objetos, tais como: lápis, garfo, colher, copos entre outros;

Gestores, professores e familiares possuem papel fundamental na garantia ao acesso a educação de qualidade aos portadores de necessidade especiais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Inclusive, o capítulo 5 da LDB 9.394/96 trata somente de aspectos referentes à Educação Especial. Entre os pontos especificados, o art. 58. § 1º diz que, sempre que for

necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno portador de necessidades especiais.

Para que a inclusão de fato se concretize, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com esse tipo de situação. O art. 59, inciso III, diz que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, 1996, p. 44)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sinalizou a importância que assume o conhecimento sobre as características do alunado com deficiência física que está sendo incluído nas escolas regulares para que se garanta não só acessibilidade física, mas todos os recursos e materiais pedagógicos necessários para o seu pleno desenvolvimento acadêmico e social, além de revelar as dificuldades enfrentadas por esses alunos.

Constatou-se também um número ainda inexpressivo de alunos com deficiência física no âmbito da escola investigada, aspecto este que nos leva a questionar se essa realidade também é a mesma nas escolas particulares. Esse achado reflete ainda a necessidade de maiores investimentos nas políticas públicas com vistas a efetivar a inclusão escolar, no sentido de garantir o direito à educação de qualidade para todas as pessoas.

Conclui-se que o desconhecimento das características desse alunado por parte da escola constitui-se num dos fatores que têm dificultado a escola quanto a organização física e pedagógica para lidar com as necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência física, porém gestores, funcionários, docentes e discentes da referida escola estiveram dispostos a mudarem de atitudes e colaborarem com a inclusão escolar;

REFERÊNCIAS

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988;

HONORA, Marcia. CIRANDA DA INCLUSÃO – ESCLARECENDO DEFICIÊNCIA. Ed. Cultural-SP:2010;

LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO.

MEC- Ministério da Educação;

REVISTA CAMINHOS PEDAGOGICOS, Ed. Especial- 2001;